

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

*Deborah Gomes Moura Gomes
Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Eliete Brito da Silva
Gilda Cardoso de Araujo*

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo compreender o que dizem os estudos realizados no período de 2008-2018 acerca da temática “Educação em Tempo Integral”, faz parte de uma pesquisa que integra a linha de pesquisa "Docência e Gestão de Processos Educativos", do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e está ligada ao Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo – Lagebes/CE/UFES. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Os resultados apontam que a Educação em Tempo Integral possui desafios a serem superados no cenário da Educação Básica, no entanto, avanços precisam ser considerados, como por exemplo o Programa Mais Educação que constitui uma importante política indutora, já que coloca a temática para ser discutida, refletida e implementada.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral. Política Educacional. Educação Básica.

Integral Education in Basic Education: what the research says (2008-2018)

Abstract: This time I worked on the objective of understanding what we said were the most recent projects implemented in the period 2008-2018 regarding the topic “Integral Education in Time”, which is part of a study that integrates the study line "Docência e Management de Processes Educativos", of the Program de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e está linkeda ao Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo – Lagebes/CE/UFES. Treatise on a bibliographic research, with a qualitative approach. The results of course are that Integral Time Education can be considered to be surpassed in the context of Basic Education, but furthermore they should be considered precisely, as an example of the Greater Education Program which constitutes an important policy initiative, since it places the topic to be discussed , reflected and implemented.

Keywords: Integral Time Education. Educational Policy. Basic Education.

1 Introdução

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

A Educação em Tempo Integral é tema de estudos por parte de vários pesquisadores, tem estado presente nos debates educacionais do país, bem como tem inspirado algumas ações políticas. A discussão acerca da educação integral no Brasil se estendeu em meados do século XX, mas na segunda metade do século XXI, foi ampliada nas políticas educacionais, com a implantação de tempo integral nas escolas públicas (SOUZA, ALEPRANDI, TRENTIM, 2016).

Num país como o Brasil em que as desigualdades sociais e econômicas são claramente demarcadas, é necessário que a educação seja desenvolvida com ações políticas efetivas. O Brasil é marcado por desigualdades sociais e diferenças entre os entes federados, conseqüentemente, possui barreiras para a consolidação dos direitos sociais e no desenvolvimento das políticas, inclusive nas políticas educacionais (DOURADO, 2013).

Neste cenário, discutir Educação em Tempo Integral (ETI) é necessário e urgente, visto que são, em sua maioria, as crianças/adolescentes das camadas populares alcançadas com tal política. A importância está retratada no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13005/2014, na meta 6, quando se aponta a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da educação básica (BRASIL, 2014).

Nesta perspectiva, não apenas o tempo escolar das crianças/adolescentes é ampliado com os conhecimentos escolares, mas é ofertada uma educação na sua integralidade. Pensar no tempo integral nas escolas incide levar em consideração o tempo, o espaço e oportunidades de aprendizados, se preocupando em ofertar formação ética, estética e intelectual, se comprometendo assim, com uma formação emancipadora (FERREIRA, COLARES, 2016).

O presente artigo, que se caracteriza como um recorte de uma pesquisa maior, compila trabalhos já publicados (dissertações e teses), a partir do descritor “Educação em Tempo Integral”, considerando o período de 2008 a 2018, com intuito de refletir acerca do que foi discutido academicamente referente ao tema em questão. Desse modo, se enquadra

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

*Deborah Gomes Moura Gomes
Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Eliete Brito da Silva
Gilda Cardoso de Araujo*

metodologicamente no que se nomeia em estado da arte, este por sua vez não se dá por meio de um estudo empírico, mas por meio do banco de dados de produções acadêmicas que possibilita uma visão ampliada a respeito de determinado tema (CORRÊA, COSTA, 2016).

O estudo está dividido em 4 partes, a primeira, a introdução, em que discutimos preliminarmente o tema e apresentamos a sequência do estudo, a segunda é apontado o quantitativo das publicações no *site*: Catálogo de teses e dissertações – CAPES, na terceira parte, apresentamos o tema na Plataforma Capes, a partir de uma organização por categorias; e na última e quarta parte, as considerações finais.

2 Levantamento das publicações

Após realizar levantamento do que já foi publicado a respeito da Educação em Tempo Integral, foi possível encontrar algumas produções. A busca se deu no período de 2008 a 2018, foi utilizado o descritor “Educação em Tempo Integral”, para levantamento de dissertações e teses. O sítio eletrônico pesquisado segue abaixo e quantitativo de produções encontradas que se aproximam com a temática do trabalho em questão.

Quadro 1 - Pesquisas acerca da Educação Integral (2008- 2018)

SÍTIO PESQUISADO	PRODUÇÕES	QUANTITATIVO
Catálogo de teses e dissertações – CAPES	Dissertações e teses	25

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 O tema eeti na plataforma capes e a organização por categorias

Com o objetivo de agrupar por congruência de temáticas, categorizamos os trabalhos pesquisados no Banco de dados da CAPES. Definimos, então, 07 categorias. São elas: Implementação de Proposta de Educação Integral; Educação Integral e currículo; Educação

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

*Deborah Gomes Moura Gomes
Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Eliete Brito da Silva
Gilda Cardoso de Araujo*

Integral e gestão escolar; Programa Mais Educação; Educação Integral e a relação com o setor privado; Estudos comparados de implementação de Educação Integral; Educação Integral e Formação Integral. Segue a organização dos trabalhos por meio de categorias:

Quadro 2 - Trabalhos pesquisados na plataforma CAPES, no ano de 2008 a 2018, agrupados por categorias

	CATEGORIAS	TRABALHOS	AUTORES (AS)/ ANO
01	Implementação de Proposta de Educação Integral	Educação em Tempo Integral: cursos e percursos dos projetos e ações do governo de Minas Gerais na rede pública do Ensino Fundamental, no período de 2005 a 2012	Flavia Russo Silva Paiva/2013
		Educação em Tempo Integral e Educação Integral: realidade e projeto em Curitiba	Rosemary Terezinha Perin Donde/ 2014
		O Projeto Escola de Tempo Integral no Pará: caso da Escola Miriti	Claudio Nascimento da Costa/ 2015
		O Programa “Educação em Tempo Integral” em uma escola de educação infantil no município de Vitória-ES	Nubia Rosetti do Nascimento Gomes/ 2017
		O processo de implementação da escola pública de tempo integral no Piauí	Valquiria Macedo Cantuário/2017
02	Educação Integral e currículo	Currícul(o/a)rizando a cidade: enredamentos possíveis das praticaspolíticas dos/as praticantespensantes do Programa Educação em Tempo Integral no território-cidade de Vitória-ES	Ricardo Figueiredo/ 2015
		A relação entre currículo e Educação Integral em Tempo Integral: um estudo a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação	Madison Rocha Ribeiro/ 2017
		Do Programa Mais Educação à Educação Integral: o currículo como movimento indutor	Paula Cortinhas de Carvalho Becker/ 2015
03	Educação Integral e gestão escolar	O Programa de Educação em Tempo Integral da Prefeitura Municipal de Vitória: contribuições para a avaliação de suas implicações na gestão escolar	Cristina Nascimento da Mota/ 2013
04	Programa Mais Educação	O Programa Mais Educação, uma proposta de Educação em Tempo Integral?	Alessandra Rodrigues dos Santos/ 2014
		Programa Mais Educação: uma análise do Projeto Pedagógico	Katia Cristina Deps Miguel/ 2015

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)*Deborah Gomes Moura Gomes**Eduardo Augusto Moscon Oliveira**Eliete Brito da Silva**Gilda Cardoso de Araujo*

		O Programa Mais Educação no Ensino Fundamental: Educação em Tempo Integral na perspectiva do currículo integrado São Luís	Leda Maria Silva Santos/ 2015
		O Programa Mais Educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões	Marlene de Fátima Cararo/ 2015
		Educação em Tempo Integral: estudo da trajetória do Programa Mais Educação (PME) nas escolas estaduais de Santarém - PA no período de 2009 a 2015	Maria Sousa Aguiar/ 2016
		O Programa Mais Educação no município de Petrópolis	Fabio Brandolim/ 2016
		Políticas de ampliação da jornada escolar: a implantação do programa mais educação em Igarapé-Miri/PA	Luisete do Espirito Santo Sousa/ 2016
		Concepções que orientam atual agenda de Educação Integral no Brasil: uma análise de cadernos do “Programa Mais Educação”	Karen Cristina Jensen Ruppel da Silva/ 2016
05	Educação Integral e a relação com o setor privado	Educação Integral em Tempo Integral: do movimento Todos pela Educação à rede pública de ensino de Nova Iguaçu	Mariana da Gama Leite Inacio/ 2015
		Educação (em tempo) Integral na escola pública: condicionantes históricos, limites e desafios atuais	Ducenilde da Costa Furtado/ 2016
		As figurações na política estadual de Educação em Tempo Integral no Espírito Santo	Ronan Gaspar Salomão/ 2016
06	Estudos comparados de implementação de Educação Integral	Ampliação do tempo escolar: uma política no contexto da prática escolar no Brasil e na Argentina	Jorge Alberto Lago Fonseca/ 2014
		Educação infantil em Tempo Integral nos municípios de Serra e Vila Velha: os planos municipais em destaque	Telmy Lopes de Oliveira/ 2016
		Programas governamentais para a Educação em Tempo Integral no Brasil e Portugal: implicações sobre as desigualdades educacionais	Elisangela Maria Pereira Schimonek/ 2017
		Programa de ensino integral e Escola de Tempo Integral no estado de São Paulo: permanências e mudanças	Gustavo Antonio Valentim/ 2018
07	Educação Integral e Formação Integral	Experiências de Educação em Tempo Integral no Brasil e no município de Francisco Beltrão-PR: qual formação integral?	Kathiane Ficanha/ 2015

Fonte: Elaborado pelos autores.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

*Deborah Gomes Moura Gomes
Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Eliete Brito da Silva
Gilda Cardoso de Araujo*

3.1 A categoria “Proposta de Educação Integral”

Paiva (2013) descreveu e analisou a trajetória dos projetos e ações de ampliação do tempo escolar implantados no decorrer dos anos de 2005 a 2012 pelo governo do Estado de Minas Gerais. Os resultados da investigação revelaram que o estado tem buscado ofertar a educação em tempo integral, o que não significa um oferecimento de uma educação integral.

Os conceitos de Educação Integral e Escola Integral, a partir da indagação se ambos se contrapõem às metas pretendidas pelo MEC ou se possuem divergências na prática das políticas educacionais brasileiras, foram analisados por Dondé (2014). A autora observou que a situação da educação brasileira, no contexto de educação integral e mesmo da escola em jornada ampliada, ainda está em processo e, em Curitiba, ainda não possui a essência da Educação Integral proposta por Anísio Teixeira.

O Projeto de Educação em Tempo Integral da Secretaria de Educação do Estado do Pará foi estudado por Costa (2015). O autor concluiu não haver um conceito único sobre o tema, mas também que o termo Educação Integral se trata de uma concepção pluralista e multidimensional, em que cada grupo social, em temporalidades históricas distintas, marcou o desenvolvimento de um projeto político social específico de formação humana. Por esse caráter pluridimensional, esteve relacionado ao contexto e à visão de mundo, de sociedade e de homem que se queria desenvolver com a formação humana.

Gomes (2017) investigou como ocorreu a implementação da Educação em Tempo Integral no município de Vitória, entre 2004 e 2016, analisando as possibilidades e desafios no desenvolvimento de práticas educativas. A autora aponta a necessidade de tal programa

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

passar por mudanças significativas de diferentes naturezas, dentre essas, questões de concepção, estruturais e econômicas, já que a perspectiva assistencialista ainda é predominante nos discursos. Além disso, existe a necessidade de compreensão, por parte dos envolvidos, do que vem a ser um projeto educativo de atendimento à Educação Integral.

O processo de implementação do tempo integral na rede de educação do Piauí, no período de 2009 a 2015, foi analisado por Cantuario (2017). A autora conclui que a proposta não foi implementada de forma a atender a todas as exigências para a formação integral dos discentes, o que comprometeu a melhoria da oferta e qualidade do ensino público e gratuito do estado.

A partir dos apontamentos supracitados, podemos perceber que de modo geral, a implementação de uma proposta de Educação Integral tem, em grande medida, sido o foco de muitos estados na preocupação da oferta. Todavia, essa oferta tem ocorrido em muitos casos de maneira negligenciada, hora sendo implementada sem as estruturas necessárias, hora sem a devida preocupação com uma educação integral de fato, que atenda não apenas às demandas assistencialistas, mas que traga em seu bojo a integralidade para os educandos.

3.2 A categoria “Educação Integral e Currículo”

7

As práticas políticas engendradas pelos/as praticantes pensantes do Programa Educação em Tempo Integral nas processualidades de invenção dos currículos praticados nas/das e com quatro escolas de Ensino Fundamental, no período de 2007 a 2009, localizadas em diferentes regiões do município, foram estudadas por Figueiredo (2015). O autor concluiu que “não há um único currículo na escola” (p.204), nem tampouco “um único modo de fazer e sentir currículos” (p.204) nas instituições escolares.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

Ribeiro (2017) focou especificamente na relação entre o currículo prescrito no Programa Mais Educação e a perspectiva de Educação Integral adotada pelo Governo Federal brasileiro no período de 2007 a 2016. Ao concluir a pesquisa, o autor afirma que a análise das prescrições curriculares e da concepção/finalidades da Educação Integral em Tempo Integral evidenciou a relação de correspondência entre a configuração curricular e a referida perspectiva de Educação Integral prescrita no PME.

Os aspectos pedagógicos que apontam a indução à Educação Integral referente à organização curricular das escolas que oferecem o Programa Mais Educação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis foram analisados por Becker (2015). A pesquisadora constatou que as escolas participantes da pesquisa se encontram em momentos distintos de experiência com o Mais Educação, algumas iniciando suas atividades e outras com projetos de educação integral em pleno desenvolvimento. A autora conclui a dissertação afirmando que o Programa tem se mostrado como uma travessia para as escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, pois, apesar das limitações, estimula a mudança, mobiliza as instituições para pensarem a jornada ampliada e abre espaços para discussões coletivas sobre temas de interesse da escola.

Os trabalhos de Figueiredo (2015), Ribeiro (2017) e Becker (2015) colocam em destaque a política de Educação Integral em interface com o currículo escolar. Fato que não há um currículo único, como apontado por Figueiredo (2015), mas há uma sincronia entre a prescrição curricular e o conceito de Educação Integral, como apregoa Ribeiro (2017). Além disso, o Programa Mais Educação exerce uma função precípua, que é de ser uma política indutora em relação à Educação Integral, como ressaltado por Becker (2015). Desde a organização curricular, a correspondência do currículo em relação ao conceito de Educação Integral, e a indução de se debater a Educação Integral, os trabalhos apontados acima destacam avanços da referida política ao ser desenvolvida nas escolas e redes de ensino.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

3.3 A categoria “Educação Integral e Gestão Escolar”

Na categoria “Educação Integral e Gestão Escolar, destaca-se o trabalho de Mota (2013), que analisou, no período de 2008 a 2012, o programa de Educação em Tempo Integral (ETI) da Prefeitura Municipal de Vitória, que amplia a jornada escolar e atua por meio de parcerias com diversos setores da sociedade. A autora constatou que esse programa tem sido, de forma geral, bem avaliado pelos sujeitos participantes. Todavia, com algumas observações: a fragmentação da ETI em turno e contraturno; a falta de espaço e infraestrutura das escolas; a política focalizada em crianças com vulnerabilidade social; a falta de eixos curriculares direcionadores para as escolas de tempo integral; as parcerias não têm sido suficientes para atender às necessidades das escolas inseridas no programa.

Observamos, portanto, uma preocupação em garantir a oferta de modo a atender, sobretudo as crianças em situação de vulnerabilidade social, sem, contudo, apresentar um olhar cuidadoso em relação à proposta curricular, que deve ser articulada entre o turno e o contraturno, demonstrando assim, apenas o assistencialismo por trás da política educacional.

3.4 A categoria “Programa Mais Educação”

9

O Programa Mais Educação (PME), programa do governo federal apresentado pelo (Ministério da Educação) MEC em abril de 2007, foi estudado por Santos (2014) para se constatar se de fato é uma possibilidade estimular e qualificar as iniciativas de educação pública para uma Educação em Tempo Integral. Concluiu que o Programa ainda precisa superar desafios para se concretizar como fomento para implementação de Escolas de Tempo Integral.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)*Deborah Gomes Moura Gomes**Eduardo Augusto Moscon Oliveira**Eliete Brito da Silva**Gilda Cardoso de Araujo*

O Programa Mais Educação, proposto pelo Ministério da Educação, com foco em suas condições de implantação nos Estados da Federação, atentos às formulações estabelecidas para a orientação dos municípios e das escolas, foi analisado por Miguel (2015), tendo como espaço delimitado para a pesquisa o Estado de São Paulo. A autora aponta que, apesar de todo o empenho dos governos, atualmente, o PME está instável. Sendo, portanto, necessária a consolidação para sua manutenção e prosseguimento como Educação Integral, deixando de ser visto como mero captador de recursos financeiros, e sim um programa de formação de sujeitos.

Santos (2015) investigou o Programa Mais Educação no desenvolvimento da Educação em Tempo Integral na perspectiva do currículo integrado, considerando a realidade de uma escola pioneira em experiência com o referido Programa no município de São Luís - MA. A autora assenta que não se pratica articulação curricular entre as atividades do tempo parcial com o tempo integral, sendo necessárias, portanto, novas intervenções pedagógicas.

As intenções e as tensões presentes na relação entre a Educação Escolarizada em Tempo Integral e as políticas sociais, tendo como eixo analítico o Programa Mais Educação (PME) e suas relações com outros programas sociais do Governo Federal, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF) foram estudadas por Cararo (2015). A autora concluiu que a dimensão pedagógica e a de acolhimento/assistência do PME são compatíveis e que o fato de as crianças terem o acesso pela via da assistência não inviabiliza a aquisição do conhecimento. No entanto, o grande desafio é a qualificação dos profissionais, a superação do trabalho voluntário, e a gestão do cotidiano e dos espaços escolares, para permitir a conjugação da assistência e do trabalho com o conhecimento.

Aguiar (2016) abordou a temática da Educação em Tempo Integral, focalizando o Programa Mais Educação (PME) como uma política indutora de educação integral, analisando a trajetória do PME em duas escolas estaduais de Santarém, no período de 2009 a 2015. A autora detectou vários desafios em sua pesquisa, como: capacitação dos profissionais da

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)*Deborah Gomes Moura Gomes**Eduardo Augusto Moscon Oliveira**Eliete Brito da Silva**Gilda Cardoso de Araujo*

educação, carência de conhecimentos sobre o Programa, estabelecimento de parceria com monitores, planejamento financeiro, carência de coordenador e infraestrutura adequada das escolas. Já em relação à principal contribuição do Programa Mais Educação, essa se refere à melhoria na aprendizagem e no desempenho escolar dos alunos.

O Programa Mais Educação em 6 escolas da rede municipal da cidade de Petrópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro foi investigado por Brandolin (2016). O autor concluiu a pesquisa apontando que o Programa Mais Educação realiza um verdadeiro bombardeio da instituição escolar, diante de toda a sua precariedade e fragilidade, com uma série de atividades paralelas, desarticuladas das demais ações do currículo e do contexto escolar em curso, muito mais atrapalhando a gestão e a organização do cotidiano escolar do que promovendo melhorias nesse sistema.

A política de ampliação da jornada escolar na escola pública brasileira por meio da implantação do Programa Mais Educação na Secretaria Municipal de Educação em 02 (duas) escolas de Igarapé-Miri, Estado do Pará, no período de 2011 a 2014, foi estudada por Sousa (2016). A autora constatou que o Programa Mais Educação possibilitou para o local pesquisado experiências significativas para a vivência de concepções e ações afirmativas necessárias para a superação da escola de turno reduzido, conteudista e fragmentada, inaugurando uma nova dinâmica no cotidiano das escolas. No entanto, destaca os desafios para a efetivação do Programa Mais Educação: a ausência de infraestrutura adequada para desenvolvimento das atividades; a necessidade de espaços de diálogo e formação sobre a(s) concepção(ões) que direcionará as ações da escola; a centralidade das ações nos órgãos executivos governamentais, que limita a participação da comunidade escolar; e a necessidade de mudanças estruturais no currículo da escola tradicional.

Silva (2016) estudou a atual agenda de Educação Integral no Brasil, expressa por meio do “Programa Mais Educação”. A autora relata que os resultados da pesquisa apontam que as concepções teórico-práticas do “Programa” são influenciadas pelos organismos internacionais

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

e pela agenda pós-moderna, o que se opõe à concepção de omnilateralidade, de desenvolvimento das máximas potencialidades do ser, sob o prisma da emancipação humana, distanciando-se de uma educação verdadeiramente integral e contribuindo para a conservação e reprodução da sociedade capitalista, colaborando com a perpetuação das desigualdades de classe.

Os trabalhos apresentados acima trazem análises importantes acerca do Programa Mais Educação, desde os desafios que a ele foram impostos, e avanços que proporcionaram ao tema Educação Integral. Ficou perceptível que o PME carece de continuidade para se consolidar, bem como apresenta fragilidade em seu conceito enquanto elemento fundante para a formação de sujeitos. No entanto, se configura em uma política indutora à Educação Integral e mesmo se caracterizando em parte como assistencialista, não o desqualifica enquanto agente propulsor de aquisição de conhecimentos.

3.5 A categoria “Educação Integral e a relação com o setor privado”

Inácio (2015) apresentou elementos para a compreensão das proximidades entre a política pública de Educação em Tempo Integral do Governo Federal – o Programa Mais Educação (PME) e os sentidos para a educação defendidos por um segmento do empresariado brasileiro, o movimento Todos Pela Educação (TPE). A autora relata que o programa prioriza o atendimento no contraturno das turmas que serão avaliadas na avaliação nacional, Prova Brasil, realizando com elas atividades de reforço escolar. Essa dinâmica configura a valorização da aprendizagem de conteúdo e aumento de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em detrimento de experiências significativas e ampliadas. Dessa forma, a pesquisadora ressalta que o Programa Mais Educação se mostra alinhado apenas aos desempenhos esperados pelo TPE, no que se refere ao alcance das metas de aprendizagem, e não à promoção de uma Educação de fato Integral.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

Os condicionantes históricos, limites e desafios atuais que permeiam o processo inicial de implementação da proposta de Educação em Tempo Integral em uma escola pública municipal de Ensino Fundamental de São Luís/MA, realizado no período de 2013 a 2015 foram analisados por Furtado (2016). A autora concluiu que o processo de implementação da Escola de Tempo Integral em São Luís/MA reflete a regulamentação da política educacional brasileira dentro de um formato local de privatização forçada pelo descaso da administração municipal com as responsabilidades da escola pública.

Salomão (2016) destacou aspectos relativos à problemática que se configurou na relação entre o público e o privado para a implementação do novo modelo de educação em tempo integral para o ensino público da Rede Estadual do Espírito Santo, constituído como Programa Escola Viva. O autor constatou que tanto o discurso quanto à prática de ações de privatização do serviço público está enraizado no Governo Estadual, em especial na Secretaria de Educação (SEDU). Ademais, o intenso relacionamento com instituições ligadas a grupos empresariais representa exatamente o que se busca combater nas políticas educacionais: a direção destas por entes privados. Desse modo, Gaspar ressaltou que o Programa Escola Viva falha como política pública em uma perspectiva de justiça social, entendendo a educação em sua perspectiva integral, já que opta por um modelo de formação para o trabalho e para as metas, desconsiderando a integralidade dos sujeitos e a complexidade social, além de pautar seu modelo de gestão em relações verticais e no controle, em detrimento do diálogo e do trabalho coletivo.

A Educação Integral atrelada com o setor privado não atende aos preceitos da educação enquanto direito social. A presença do empresariado na escola, molda as atividades para estar a serviço de metas, cumprindo o protocolo das avaliações externas e fragilizando o conceito de Educação Integral, uma vez que sua preocupação principal é enquadrar a educação no formato empresarial, para tal, desconsidera o sujeito enquanto ser integral e a teia complexa que é o social.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

3.6 A categoria “Estudos comparados de implementação de Educação Integral”

O Programa Mais Educação no Brasil e a Jornada Estendida e Jornada Ampliada desenvolvido em Córdoba, na Argentina foram analisadas por Fonseca (2014). O autor destacou que o estudo revelou que mesmo os programas do Brasil e de Córdoba apresentando algumas deficiências, principalmente em relação aos espaços físicos e aos recursos humanos, são uma importante ferramenta para oferecer educação integral aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, com atividades voltadas ao esporte, lazer, cultura, saúde, recreação e conhecimento.

Oliveira (2016) analisou os desafios que se colocam ao processo de implementação da Educação Infantil em Tempo Integral à luz dos novos Planos Municipais de Educação nos dois municípios considerados mais populosos da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), Vila Velha e Serra. A autora apontou que, apesar das novas diretrizes dos Planos Municipais de Educação, a ampliação e a oferta da Educação Infantil em Tempo Integral não se constituem como prioridade nos municípios pesquisados, já que suas respectivas secretarias de educação procuram garantir a pré-escola, obrigatória e gratuita, para crianças de quatro a cinco anos. Dessa forma, priorizando o cumprimento da obrigatoriedade, o atendimento na creche para crianças de zero a 3 anos foi e está sendo reduzido.

Dois programas governamentais de Educação em Tempo Integral, no Brasil (Programa Mais Educação/PME) e Portugal (Programa Escola a Tempo Inteiro/PETI), bem como suas implicações na diminuição das desigualdades educacionais em ambos os países foram analisados por Schimonek (2017). A pesquisadora constatou que os Programas governamentais de Educação em Tempo Integral, tanto do Brasil (PME), quanto de Portugal (PETI), inseriram-se no contexto de políticas globais de educação orientadas por organismos

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)*Deborah Gomes Moura Gomes**Eduardo Augusto Moscon Oliveira**Eliete Brito da Silva**Gilda Cardoso de Araujo*

internacionais como o Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Unesco, segundo os quais esse modelo tornou-se uma saída para equalizar as desigualdades sociais e educacionais. A autora concluiu que países como Brasil e Portugal apostaram em estratégias/políticas de ampliação do tempo escolar como mecanismo de minimizar as desigualdades educacionais e atender a uma demanda social – sobretudo das famílias trabalhadoras, que, enquanto desempenhavam suas funções laborais, precisavam contar com uma instituição que pudesse promover a “guarda” e proteção de seus filhos.

Valentim (2018) analisou o projeto Escola de Tempo Integral (ETI) e o Programa Ensino Integral (PEI) da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEE/SP) a partir de seus documentos oficiais, refletindo sobre suas permanências e mudanças. O autor detectou que o foco da SEE/SP está direcionado ao PEI e, após sua implementação, algumas ETIs migraram para o novo programa. O pesquisador relata que os dados das ETIs são utilizados para popularizar e contabilizar os números referentes ao terceiro pilar do programa “Educação – Compromisso de São Paulo” e aproximar a SEE/SP da meta 6 do PNE/14, a qual propõe que até 2024 pelo menos 25% dos alunos sejam contemplados com a educação em tempo integral. Valentim concluiu que, apesar de terem sido implementadas pelo mesmo governo, a ETI e PEI são políticas educacionais bem diferentes, uma vez que o período, o contexto e os sujeitos envolvidos em sua elaboração e execução são distintos.

No conjunto de trabalhos analisados nesta categoria, observamos que a implementação da política educacional de ETI em dado contexto, se assemelham, ainda que alocadas em distintos territórios, compartilhando em grande medida as mesmas barreiras e dificuldades. Nota-se o caso do estudo comparativo entre Brasil e Córdoba enfrentando os mesmo entraves em relação à espaço físico e recursos humanos, nos estudos de Fonseca(2014); Os municípios de Serra e Vila Velha priorizando o atendimento à idade obrigatória na pré-escola (4 e 5 anos) em detrimento do atendimento da creche (0 a 3 anos), nos estudos de Oliveira (2016); O estudo comparado de Brasil e Portugal realizado por Shimonek (2017) onde a implementação

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

da política educacional está atrelada aos organismos internacionais como o Banco Mundial, OCDE e Unesco; e a comparação entre Escola de Tempo Integral (ETI) e o Programa Ensino Integral (PEI) realizado por Valentim Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

3.7 A categoria “Educação Integral e Formação Integral”

O trabalho de Ficanha (2015) foi o único categorizado na temática “Educação Integral e Formação Integral”. A autora discutiu a compreensão de “formação integral” presente nas propostas de Educação em Tempo Integral no Brasil, partindo do pressuposto de que quanto mais tempo se passa na escola, mais facilmente se podem criar as condições para uma formação emancipatória. A pesquisadora ressaltou que, mesmo de forma fragmentada e efêmera, com a qual foi e é organizada, a ampliação da jornada está posta, e, portanto, cabe-nos compreendê-la e moldá-la em sua totalidade, buscando no estudo de experiências voltadas para a emancipação da classe dos trabalhadores o respaldo para o início de novas práticas pedagógicas na Educação em Tempo Integral nas escolas públicas com vistas à formação integral.

A Educação Integral é fundamental para a emancipação das camadas populares da sociedade brasileira. Mesmo com fragilidades, a política de Educação em Tempo Integral desenvolvida no país, com a ampliação da jornada é um passo importante para a formação integral dos sujeitos.

4 CONCLUSÃO

A legislação nacional, representada pelo PNE, Lei Nº 13005/2014 retrata que a ETI precisa estar nos debates, nos planejamentos e nas ações da União, dos Estados, dos

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

Municípios e do DF, bem como nos estudos acadêmicos, em prol de reflexões e de avanços referente à pauta em questão.

A Educação em Tempo Integral, não apenas se refere à ampliação da jornada escolar das crianças/adolescentes, mas a uma formação preocupada com a totalidade do sujeito. Nesse sentido, não podemos recuar em relação às políticas voltadas à ETI desenvolvidas no país, é preciso analisá-las, identificando os avanços e as fragilidades no intuito de aperfeiçoá-las.

Os resultados das pesquisas apresentadas neste artigo demonstram que a ETI em solo brasileiro apresenta carências em diversas áreas: estrutura física, formação docente, organização pedagógica, organização curricular, desarticulação dos entes federados, dentre outros. Há o setor privado adentrando o espaço da escola para impor sua lógica na organização da ETI, o que desvirtua sua essência que é a integralidade do sujeito e a complexidade do social, fato esse preocupante e que nos coloca em alerta na defesa da educação pública.

Em contrapartida, os estudos revelaram que a largada foi dada, a reflexão está posta acerca do conceito de Educação Integral, seu potencial emancipador das camadas populares está em debate, ações estão sendo desenvolvidas - como é o caso do Programa Mais Educação (cuja essência se caracteriza como política indutora). Logo, é um tema que necessita estar no centro do debate e nas pautas das discussões e decisões políticas.

Referências

AGUIAR, Maria Sousa. **Educação em Tempo Integral: estudo da trajetória do Programa Mais Educação (PME) nas escolas estaduais de Santarém - PA no período de 2009 a 2015.** 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2016.

BECKER. Paula Cortinhas de Carvalho. **Do Programa Mais Educação à Educação Integral: o currículo como movimento indutor.** 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

*Deborah Gomes Moura Gomes
Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Eliete Brito da Silva
Gilda Cardoso de Araujo*

Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BRANDOLIM, Fabio. **O Programa Mais Educação no município de Petrópolis**. 2016. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências: Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

CANTUÁRIO, Valquiria Macêdo. **O processo de implementação da escola pública de tempo integral no Piauí**. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

CARARO, Marlene de Fatima. **O Programa Mais Educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social: intenções e tensões**. 2015. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CÔRREA, Talita Ananda;; COSTA, Sinara Almeida da. Jornada de Tempo Integral na Educação Infantil: o que dizem as pesquisas. In: COSTA, S. A; COLARES, M. L.S. **Educação Integral: concepções e práticas a luz dos condicionantes singulares e universais**. Curitiba: CRV, 2016, p. 63 - 78.

COSTA, Claudio Nascimento. **O Projeto Escola de Tempo Integral no Pará: caso da Escola Miriti**. 2015. 262 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

DONDE. Rosmary Terezinha Perin. **Educação em Tempo Integral e Educação Integral: realidade e projeto em Curitiba**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao Direito à Educação Básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, jul.-set. 2013. Disponível: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/0d3c6f40-2057-497f-8fba-868108120860/content>. Acesso em: 10, set. de 2023.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

FERREIRA, Gerusa Vidal; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Educação de Tempo Integral em Santarém: ressignificação curricular na Secretaria Municipal de Educação. In: COSTA, S. A; COLARES, M. L.S. **Educação Integral: concepções e práticas a luz dos condicionantes singulares e universais**. Curitiba: CRV, 2016. p.: 181 - 200.

FICANHA, Kathiane. **Experiências de Educação em Tempo Integral no Brasil e no município de Francisco Beltrão-PR: qual formação integral?**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015.

FIGUEIREDO, Ricardo. **Curricul(o/a)rizando a cidade: enredamentos possíveis das praticaspolíticas dos/as praticantespensantes do Programa Educação em Tempo Integral no território-cidade de Vitória-ES**. 2015. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FONSECA, Jorge Alberto. **Ampliação do tempo escolar: uma política no contexto da prática escolar no Brasil e na Argentina**. 2014. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

FURTADO, Ducenilde da Costa. **Educação (em tempo) Integral na escola pública: condicionantes históricos, limites e desafios atuais**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Maranhão, São Luís, 2016.

GOMES, Nubia Rosetti do Nascimento. **O Programa “Educação em Tempo Integral” em uma escola de educação infantil no município de Vitória-ES**. 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

INACIO, Mariana da Gama Leite. **Educação Integral em Tempo Integral: do movimento Todos pela Educação à rede pública de ensino de Nova Iguaçu**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MIGUEL, Katia Cristina Deps Miguel. **Programa Mais Educação: uma análise do Projeto Pedagógico**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2015.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

Deborah Gomes Moura Gomes

Eduardo Augusto Moscon Oliveira

Eliete Brito da Silva

Gilda Cardoso de Araujo

MOTA, Cristina Nascimento da. **O Programa de Educação em Tempo Integral da Prefeitura Municipal de Vitória:** contribuições para a avaliação de suas implicações na gestão escolar. 2013. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

OLIVEIRA, Telmy Lopes de. **Educação infantil em Tempo Integral nos municípios de Serra e Vila Velha:** os planos municipais em destaque. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PAIVA, Flavia Russo Silva. **Educação em Tempo Integral:** cursos e percursos dos projetos e ações do governo de Minas Gerais na rede pública do Ensino Fundamental, no período de 2005 a 2012. 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

RIBEIRO, Madison Rocha. **A relação entre currículo e Educação Integral em Tempo Integral:** um estudo a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação. 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SALOMÃO, Ronan Gaspar. **As figurações na Política Estadual de Educação em Tempo Integral no Espírito Santo.** 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

SANTOS, Alessandra Rodrigues dos. **O Programa Mais Educação, uma proposta de Educação em Tempo Integral?.** 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Leda Maria Silva. **O Programa Mais Educação no Ensino Fundamental:** Educação em Tempo Integral na perspectiva do currículo integrado São Luís. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SCHIMONEK, Elisangela Maria Pereira. **Programas governamentais para a Educação em Tempo Integral no Brasil e Portugal:** implicações sobre as desigualdades educacionais. 2017. 409 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

Educação em Tempo Integral na Educação Básica: o que dizem as pesquisas (2008-2018)

*Deborah Gomes Moura Gomes
Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Eliete Brito da Silva
Gilda Cardoso de Araujo*

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da. **Concepções que orientam atual agenda de Educação Integral no Brasil:** uma análise de cadernos do “Programa Mais Educação”. 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SOUSA, Luisete do Espírito Santo. **Políticas de ampliação da jornada escolar:** a implantação do programa mais educação em Igarapé-Miri/PA. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SOUZA, M. M. de; ALEPRANDI, R. T.; TRENTINI, S. S. A. As concepções filosóficas e pedagógicas de educação integral no Brasil e as políticas educacionais. In: COSTA, S. A. da; COLARES, M. L. S. (Org.). **Educação Integral: Concepções e práticas a luz dos condicionantes singulares e universais.** 1 ed. Curitiba: CRV, 2016, p. 33-61.

VALENTIM, Gustavo Antonio. **Programa ensino integral e Escola de Tempo Integral no estado de São Paulo:** permanências e mudanças. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018.